

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 42, (Jan/Dez) de 2026
ISSN: 2178-7476



EDUCAÇÃO ARTÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: UM ELO PERDIDO ENTRE CULTURA E APRENDIZADO

ARTS EDUCATION IN MOZAMBIQUE: A MISSING LINK BETWEEN CULTURE AND LEARNING

LA EDUCACIÓN ARTÍSTICA EN MOZAMBIQUE: UN ESLABÓN PERDIDO ENTRE LA CULTURA Y EL APRENDIZAJE

Anfibio Zacarias Huo

Doutorando e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP-Brasil); Correspondência.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2490/4894>
Email: anfibiohuo3@gmail.com

Mirian Celeste Ferreira Dias Martins

Doutorada em Educação pela USP. Professora do Curso de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura e do Curso de Pedagogia na modalidade presencial da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Email: mirian.martins@mackenzie.br
Orcid: 0000-0002-3418-0471

João Clemente De Souza Neto

Pós-doutorado em Sociologia Clínica e Professor no programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP-Brasil).
Email: clemente@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-3348-8316>

Resumo:

A pesquisa tem como objetivo analisar a questão da educação artística no plano curricular do ensino básico de Moçambique, que é um instrumento fundamental na nobre tarefa de formar alunos, dotando-os de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis para sua inserção na sociedade. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, com um enfoque analítico-descritivo, apoiando-se em uma pesquisa bibliográfica de autores que discutem sobre a temática e de uma pesquisa documental através da Lei 18/2018 e do PCEB 2020. O estudo evidenciou que no plano há uma abordagem restritiva em relação à arte em Moçambique, um país multicultural onde a arte é fundamental para a construção da identidade do sujeito. Essa restrição marginaliza as expressões artísticas e impede que os alunos se conectem com suas raízes culturais, sendo agravada pela carga horária reduzida, que limita as oportunidades de exploração criativa. Portanto, é crucial que todos os envolvidos na elaboração das políticas curriculares reconheçam a grande importância da

educação artística. É necessário promover uma educação adequada que permita aos alunos explorarem suas identidades culturais. Afinal, a arte é vida, refletindo a riqueza da experiência humana.

Palavras chaves: *Educação artística; Currículo; Identidade cultural; Moçambique*

Abstract

The research aims to analyze the issue of art education in the curriculum of basic education in Mozambique, which is a fundamental instrument in the noble task of training students, providing them with knowledge, skills and attitudes indispensable for their insertion in society. Methodologically, the research is qualitative, with an analytical-descriptive focus, supported by bibliographic research of authors who discuss the theme and documentary, through Law 18/2018 and PCEB 2020. The study showed that in the plan there is a restrictive approach to art in Mozambique, a multicultural country where art is fundamental for the construction of the subject's identity. This restriction marginalizes artistic expressions and prevents students from connecting with their cultural roots, and is compounded by the reduced course load, which limits opportunities for creative exploration. Therefore, it is crucial that all those involved in the elaboration of curriculum policies recognize the great importance of art education. It is necessary to promote an adequate education that allows students to explore their cultural identities. After all, art is life, reflecting the richness of human experience.

Keywords: *Art education; Curriculum; Cultural identity; Mozambique*

Resumen

La investigación tiene como objetivo analizar el tema de la educación artística en el currículo de la educación básica en Mozambique, que es un instrumento fundamental en la noble tarea de formar estudiantes, proporcionándoles conocimientos, habilidades y actitudes indispensables para su inserción en la sociedad. Metodológicamente, la investigación es cualitativa, con un enfoque analítico-descriptivo, apoyada en una investigación bibliográfica de autores que discuten el tema y documental, a través de la Ley 18/2018 y PCEB 2020. El estudio mostró que en el plan hay un enfoque restrictivo del arte en Mozambique, un país multicultural donde el arte es fundamental para la construcción de la identidad del sujeto. Esta restricción margina las expresiones artísticas e impide que los estudiantes se conecten con sus raíces culturales, y se ve agravada por la reducida carga lectiva, que limita las oportunidades de exploración creativa. Por lo tanto, es crucial que todos los involucrados en la elaboración de políticas curriculares reconozcan la gran importancia de la educación artística. Es necesario promover una educación adecuada que permita a los estudiantes explorar sus identidades culturales. Al fin y al cabo, el arte es vida, reflejo de la riqueza de la experiencia humana.

Palabras clave: *Educación artística; Currículo; Identidad cultural; Mozambique*

Introdução

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida” (Dewey, 1940, p.6). Essa afirmativa sublinha a importância da educação como um elemento vital na formação da identidade cultural e social dos sujeitos. Em contextos como o de Moçambique, onde a diversidade cultural é rica e complexa, a inclusão da arte no currículo escolar torna-se essencial para promover uma educação que valorize e respeite as tradições locais. No entanto, a realidade educacional moçambicana tem sido marcada pela exclusão da educação artística, resultado de uma série de fatores históricos, sociais e econômicos que remontam à colonização.

A colonização portuguesa, que se estendeu por mais de quatrocentos anos, não apenas impôs estruturas sociais e educacionais que deslegitimaram as culturas locais, mas também promoveu a desvalorização das expressões artísticas autênticas. Como Huo e Souza Neto observam, “o domínio europeu sobre os povos colonizados não se limita ao uso da força bruta, mas se estende ao campo

do simbólico, à produção de discursos, valores, imagens e saberes que estruturam a relação entre colono e colonizado.” (Huo e Souza Neto, 2026, p.24). Essa destruição das bases culturais deixou um vácuo que afetou profundamente o sistema educacional, promovendo uma visão eurocêntrica que marginalizou as vozes locais.

Frantz Fanon (1961), em sua obra *Os Condenados da Terra*, elucida essa dinâmica ao afirmar que “a cultura do colonizador é uma forma de violência que destrói a cultura do colonizado. Esta violência não é apenas física, mas também cultural. A cultura do colonizador se apresenta como universal, enquanto a cultura do colonizado é reduzida a um mero folclore, algo que deve ser esquecido e desvalorizado” (Fanon, 1961, p.22). Para Fanon (1961), essa violência cultural resulta na alienação e desintegração das identidades locais, criando uma geração desconectada de suas raízes.

Além disso, a exclusão da educação artística tem um impacto profundo na forma como os jovens se percebem e se conectam com sua cultura. Paulo Freire (1980, p.68) um dos grandes educadores hoje, destaca que “a educação deve ser um ato de liberdade e não de dominação. É fundamental que o processo educativo permita que os indivíduos se tornem agentes de sua própria história e cultura”. A falta de um currículo que inclua a arte priva os alunos da oportunidade de expressar suas experiências e emoções, limitando sua capacidade de refletir criticamente sobre seu lugar no mundo e de resistir a narrativas que deslegitimam suas identidades.

Nesse sentido, a educação artística deve ser vista como um meio de resistência e afirmação cultural. Ao integrar a arte no currículo, a educação não apenas enriquece o aprendizado, mas também garante que as vozes e histórias do povo moçambicano sejam reconhecidas e valorizadas. A arte também é produzida, acima de tudo, por uma necessidade de expressão, segundo Fischer (1987, p.20), “A arte é quase tão antiga quanto o homem.” Nesse sentido, Duarte Júnior (1994, p. 136) complementa “A arte está com o homem desde que este existe no mundo, ela foi tudo o que restou das culturas pré-históricas” e sua inclusão no currículo escolar é essencial para a formação de indivíduos críticos e conscientes.

Diante desse contexto, o presente artigo busca explorar a educação artística em Moçambique como um elo perdido entre cultura e aprendizado. Para isso, será realizada uma análise do Plano Curricular do Ensino Básico, destacando as implicações da fraca valorização da arte nos currículos do ensino básico. Este estudo propõe a reintegração da educação artística como uma estratégia vital para a formação da consciência humana, o resgate da identidade cultural e o reconhecimento das expressões locais. A inclusão da arte no sistema educacional não se limita a enriquecer o aprendizado; é, acima de tudo, uma forma de garantir a continuidade e a valorização das expressões culturais moçambicanas.

Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consistiu em três abordagens principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise documental. A pesquisa bibliográfica é amplamente defendida por autores como Gil (2002), que enfatiza a importância de consultar fontes teóricas para embasar a pesquisa. Segundo Gil, “a revisão da literatura deve ser um elemento essencial em qualquer pesquisa, pois fornece a base teórica que ajuda a fundamentar a análise” (Gil, 2002, p. 53).

E aqui foi realizada para embasar teoricamente o estudo sobre a educação artística em Moçambique e outros locais. Foram consultadas obras de autores na área da educação, sociologia e teoria da arte. Essa etapa envolveu a seleção e leitura de livros, artigos acadêmicos e estudos de caso que abordam a importância da educação artística, suas implicações sociais e culturais, além de práticas pedagógicas eficazes.

Na pesquisa documental, é fundamental a coleta de documentos oficiais e normativos. Segundo Vergara (2006), “a pesquisa documental envolve a análise de documentos já existentes, que podem fornecer informações ricas e relevantes para a compreensão do fenômeno estudado” (Vergara, 2006, p. 85). No contexto deste estudo, a análise de documentos como a Lei nº 18/2018 e o Plano Curricular do Ensino Primário foi essencial para entender a estrutura legal da educação artística no país.

A análise documental consistiu na avaliação crítica dos documentos coletados, buscando identificar lacunas, contradições e oportunidades para a integração da educação artística no currículo. Essa análise permitiu relacionar os dados encontrados com a teoria e a prática, destacando como a estrutura curricular atual pode impactar o desenvolvimento das competências artísticas nos alunos. Foram utilizados critérios como relevância, clareza e aplicabilidade das diretrizes educacionais, assim como a adequação das cargas horárias dedicadas às disciplinas artísticas.

A análise documental também é corroborada por autores como Minayo (2010), que afirma que “a análise de documentos permite uma investigação mais profunda e contextualizada, revelando aspectos que podem não ser evidentes em outros métodos de coleta de dados” (Minayo, 2010, p. 105). Essa análise crítica foi fundamental para identificar lacunas e oportunidades de integração da educação artística no currículo escolar, contribuindo para uma reflexão sobre as práticas educacionais.

Essas metodologias, em conjunto, proporcionaram uma visão abrangente e fundamentada sobre a educação artística em Moçambique. Como destaca Andrade (2012), “a triangulação de métodos, como a combinação de pesquisa bibliográfica, documental e análise crítica, permite uma compreensão mais rica e multifacetada dos fenômenos sociais” (Andrade, 2012, p. 76). Essa abordagem possibilitou uma reflexão crítica sobre a necessidade de reintegração da arte no currículo escolar, contribuindo para a formação de cidadãos mais completos e culturalmente conscientes.

A história da arte de Moçambique

A história da arte em Moçambique é uma rica tapeçaria que reflete as transformações sociais, políticas e culturais do país ao longo dos séculos. Segundo Duarte (1988), os primeiros habitantes da África Austral, incluindo Moçambique, foram os Khoisan, que os europeus erroneamente denominaram de *Bochimanes (Bushmen)*, ou “*gente do mato*”. Os Khoisan eram um povo pequeno em número e estatura, vivendo de caça, pesca e frutos silvestres.

Eles provavelmente eram caçadores-recoletores que habitavam a costa de Moçambique, que, por volta de 10.000 anos atrás, já apresentava um perfil semelhante ao atual: uma costa baixa, cortada por planícies de aluvião e parcialmente separada do Oceano Índico por um cordão de dunas. Essa configuração geográfica conferia à região uma grande fertilidade, propiciando a fixação de povos caçadores-recoletores e, posteriormente, agricultores.

Duarte (1988), vai afirmar que entre os séculos 200 e 300 D.C, começou a expansão e fixação dos povos Bantu, que migraram das grandes florestas congolenses. O termo “Bantu” foi introduzido pelo investigador alemão *Bleek*. Os Bantu trouxeram novas práticas agrícolas, cultivando cereais como o sorgo e o painço, com a agricultura da Mapira e Mexoeira tornando-se a base da economia. A ideologia também teve um papel importante nesse período, servindo como uma arma de poder da classe dominante.

Para Meigos (2012), os primeiros habitantes de Moçambique deixaram um legado notável na forma de arte rupestre, cuja importância se estende até os dias de hoje. Essa expressão artística sempre esteve profundamente enraizada nas práticas sociais e espirituais da população. As gravuras nas rochas, encontradas em locais como o Parque Nacional da Gorongosa, Chimanimani, Muzé (Ribáuè - Nampula) mostram cenas de caça, danças e animais, evidenciando a conexão íntima entre as comunidades e o mundo natural, assim como a relação com o sagrado.

Essa arte rupestre não apenas documentava a vida cotidiana, mas também refletia as crenças e a cosmovisão dos primeiros povos, atuando como uma forma de comunicação simbólica com os espíritos e com o ambiente que os rodeava. Até hoje, a arte rupestre continua a ser uma verdadeira identidade cultural do povo moçambicano, servindo como um elo entre o passado e o presente.

As práticas artísticas que emergiram dessas tradições ancestrais influenciam profundamente a cultura contemporânea de Moçambique. Elas são um testemunho da resiliência e da riqueza cultural do país, inspirando artistas modernos a explorar e reinterpretar esses legados. A arte rupestre, portanto, não é apenas uma relíquia do passado; é uma parte vital da identidade cultural de Moçambique, que continua a moldar as expressões artísticas e as práticas culturais do povo.

Segundo Duarte (1988), a primeira penetração mercantil na costa oriental africana, que se deu no século IX com a chegada dos primeiros mercadores árabe-persas, teve um impacto profundo e duradouro na cultura de Moçambique. Esses mercadores, que incluíam árabes, indianos, chineses,

indonésios e persas, trouxeram não apenas bens comerciais, mas também novas ideias, práticas e influências culturais que transformaram a paisagem artística da região.

Com a chegada desses grupos, surgiram novos grupos linguísticos, como os *Kote* de Angoxe, os *Mwani* da costa de Cabo Delgado, influenciados pela língua Macua e Maconde, e os *Nahara* da Ilha de Moçambique. Essa diversidade linguística refletia um mosaico cultural em crescente formação, que começou a integrar elementos das tradições africanas com influências árabes e persas.

[...] o impacto da penetração mercantil não se limitou apenas ao linguístico; resultou também no surgimento de novas unidades políticas, como os reinos afro-islâmicos da costa, incluindo os xeicados de *Quitangonha*, *Sancul* e *Sangage*, e o Sultanato de *Angoxe*. Essas novas estruturas políticas trouxeram uma nova dinâmica à arte local, onde a influência islâmica começou a se manifestar em várias formas artísticas (Duarte, 1988, p.56).

As comunidades, como os Makondes, começaram a incorporar essas novas influências em suas tradições artísticas. Como Meigo (2012, p.23) vai afirmar “a arte Makonde (Imagem 4) é famosa por suas esculturas em madeira, que muitas vezes representam figuras humanas, máscaras e elementos mitológicos, refletindo a rica mitologia e a vida social do povo”. Com a interação com mercadores árabes, alguns artistas Makonde começaram a explorar novas técnicas e estilos, mesclando suas tradições com elementos do islamismo, resultando em um novo tipo de arte que celebrava tanto a identidade cultural africana quanto as influências externas.

A obra de artistas locais, incluindo os Makondes, começou a refletir essa nova realidade, onde a arte servia não apenas como um meio de expressão cultural, mas também como um símbolo de poder e identidade nas novas estruturas políticas emergentes. Por exemplo, em 943, o geógrafo Al-Masudi¹ mencionou *Bilad as Sufala* (a Terra de Sofala) como uma região dependente de Sayuna, o que indica a importância econômica e política da área na rede de comércio que estava se formando (Duarte, 1988).

Assim, a chegada dos mercadores árabe-persas não apenas introduziu novos produtos e ideias, mas também catalisou uma transformação na arte de Moçambique. Essa intersecção entre o comércio, a política e a arte criaram um rico legado cultural que reflete a complexidade das interações entre diferentes povos e tradições, destacando como a arte Makonde e outras expressões locais foram moldadas por essas influências externas, resultando em uma herança artística vibrante e diversificada que continua a ressoar na cultura moçambicana contemporânea.

Para Duarte (1988), a chegada dos portugueses à costa de Moçambique no século XVI trouxe uma nova onda de influências que transformou profundamente a cultura da região. Inicialmente, os portugueses estavam interessados no comércio de especiarias, ouro e escravos, mas suas interações com as comunidades locais tiveram um impacto significativo nas práticas.

1 Al-Masudi (896 d.C-956 d.C) foi um estudioso conhecido como o Heródoto-árabe, que combinou história e geografia num tratado de mais de 30 volumes sobre as suas viagens na Europa, Médio Oriente e países do Oceano Índico.

Com a colonização, novas técnicas e materiais foram introduzidos, como a pintura a óleo, a cerâmica vidrada e a arquitetura colonial. As igrejas e fortificações construídas pelos portugueses incorporaram elementos do estilo manuelino, uma fusão de influências góticas e renascentistas, que se misturaram com tradições locais. Esse diálogo entre estilos europeus e africanos resultou em uma arquitetura única, visível em cidades como Ilha de Moçambique e Sofala (Duarte, 1988, p.42).

Além disso, os portugueses trouxeram novas formas de arte religiosa, que se manifestaram em pinturas e esculturas de santos, muitas vezes adaptadas para refletir as crenças locais. As missões católicas desempenharam um papel crucial na propagação do cristianismo, e muitos artistas locais começaram a criar obras que mesclavam iconografia cristã com símbolos e temas tradicionais africanos. Essa presença também estimulou a produção de objetos de artesanato, como têxteis e cerâmicas, que passaram a incorporar motivos e técnicas tanto africanas quanto europeias. A arte popular começou a refletir essa hibridização, criando um estilo único que se tornou parte integrante da identidade cultural moçambicana.

Meigos (2012) destaca que com o tempo, a resistência à opressão colonial também encontrou expressão nas artes. Artistas como *Malangatana Valente Ngwenya*²(Imagem 6), começaram a usar suas obras para abordar temas de luta e identidade, refletindo as complexidades da experiência colonial. Essa relação entre colonização e resistência ajudou a moldar uma nova linguagem artística que, mesmo sob a influência dos colonizadores, preservava e reinventava as tradições locais.

Hoje, a arte em Moçambique é um campo vibrante e dinâmico, refletindo a rica herança cultural do país e as complexidades da vida contemporânea. “Artistas emergentes e estabelecidos exploram uma ampla gama de mídias, incluindo pintura, escultura, cerâmica, performance e arte digital, frequentemente abordando temas como identidade, urbanização, globalização, questões sociais e políticas” (Manuel, 2012, p.34).

Um aspecto central da arte contemporânea moçambicana é o resgate da identidade e da humanidade, com muitos artistas utilizando suas obras para explorar e afirmar o que significa ser moçambicano. Essa busca pela identidade se manifesta em representações visuais que celebram as tradições, a cultura e a diversidade étnica do país, muitas vezes contrapondo-se a narrativas coloniais e globalizantes. Artistas como *José Manhica*, de nome artístico *Vovo's*, *Fred Bulande*, e os grupos de artistas Makonde, por exemplo, continuam a criar obras que dialogam com suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que incorporam novas influências e estilos.

Eventos como a *Bienal Internacional de Maputo*, *Bienal de Arte Contemporânea do Muvart* e o *Festival de Arte Urbana*, entre outros, tem se tornado plataformas fundamentais para a promoção de talentos locais e internacionais, celebrando a criatividade e fomentando o diálogo cultural. A arte urbana, em particular, destaca-se por transformar o espaço público em uma galeria de arte acessível,

² Malangatana Valente Nguenha (1936 -2011), foi um destacado artista plástico moçambicano, conhecido por suas obras vibrantes, abordou temas de opressão e identidade, utilizando sua arte como forma de resistência durante o colonialismo. Além de pintor, foi poeta e ativista, refletindo as complexidades da realidade moçambicana.

trazendo mensagens sobre a condição humana e a realidade social, abordando questões de injustiça, desigualdade e direitos humanos.

Além disso, a arte digital e as redes sociais têm ampliado o alcance dos artistas, permitindo que suas obras sejam vistas e apreciadas globalmente. Muitos artistas utilizam plataformas digitais para compartilhar seu trabalho e engajar com o público, promovendo suas exposições e quebrando barreiras geográficas e econômicas.

Essa expressão artística contemporânea não só enriquece a identidade nacional, mas também serve como um meio vital de diálogo e reflexão sobre a sociedade moçambicana. Ao abordar temas como a memória da guerra civil, a luta pela igualdade de gênero e as consequências da pobreza e da corrupção, os artistas ajudam a construir uma consciência coletiva sobre as complexidades da condição humana e o que significa ser moçambicano.

Assim, a cena artística atual em Moçambique perpetua uma rica tradição de criatividade e inovação, sendo um reflexo da diversidade cultural e das lutas do povo. A arte não é apenas uma forma de expressão, mas também um meio de resgate da identidade, humanidade e consciência social, que busca entender e afirmar a essência da experiência moçambicana.

Educação Artística: Um Caminho para a Vida

A educação artística desempenha um papel vital nas sociedades contemporâneas, funcionando como um catalisador para a expressão individual, o desenvolvimento social e a inovação cultural. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, essa forma de educação oferece diversas vantagens que vão além do aprendizado técnico, contribuindo para o desenvolvimento integral dos indivíduos e o fortalecimento das comunidades. Dewey (1940) argumenta que a arte é uma forma de experiência que promove a reflexão e o aprendizado, reforçando a ideia de que a educação deve ser um processo ativo e envolvente.

Um dos aspectos mais relevantes da educação artística é seu impacto no desenvolvimento da criatividade. Robinson (2011) enfatiza que a criatividade é fundamental em um mundo em rápida mudança, onde a capacidade de adaptação e originalidade se torna essencial. A educação artística estimula essa criatividade ao permitir que os alunos explorem ideias e formas de expressão que desafiam normas convencionais, levando-os a desenvolver soluções inovadoras para problemas complexos.

Além disso, a educação artística serve como um meio poderoso para o resgate da identidade humana e a preservação da cultura. Em sociedades multiculturais, onde a diversidade é uma riqueza, essa educação permite que os alunos se conectem com suas raízes culturais, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade. Através da prática de artes tradicionais e contemporâneas, os estudantes aprendem a valorizar suas histórias e culturas, promovendo o respeito e a empatia por diferentes experiências (Eisner, 2002). Essa conexão é crucial para a dignidade humana, uma vez

que o reconhecimento e a valorização da própria cultura contribuem para a autoestima e o respeito por si mesmo.

A educação artística também fomenta uma consciência crítica e decolonizadora. Como Freire (1980) argumenta,

consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada” (Freire, 1980, p. 138).

A educação é o principal instrumento para a conscientização e ela permite que os homens se tornem seres políticos e críticos. A educação deve ser um espaço de reflexão e questionamento, onde os alunos se tornam conscientes das estruturas de poder e das narrativas que moldam suas realidades. O processo educativo, segundo Freire (1980), deve possibilitar ao homem uma reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo e suas responsabilidades. O trabalho educativo não deve ser feito para o homem, mas sim com o homem, onde ele possa atuar ativamente. A conscientização, como processo educativo, é um meio de organização política do oprimido, um instrumento de luta na superação da realidade opressora.

Através da arte, os alunos podem explorar e criticar questões sociais, políticas e históricas, desenvolvendo um olhar crítico sobre a sociedade em que vivem. Essa abordagem ajuda a descolonizar a mente, permitindo que os alunos vejam além das narrativas dominantes e reconheçam a importância de suas próprias histórias e experiências.

Outro aspecto significativo é o desenvolvimento pessoal e social que a educação artística proporciona. Muthewuye (2012, p.7) destaca que “a prática da arte pode ser terapêutica, ajudando os alunos a expressarem emoções e desenvolver habilidades de comunicação”. O trabalho colaborativo em projetos artísticos ensina a importância do trabalho em equipe, do respeito pelas opiniões dos outros e da negociação, habilidades essenciais em qualquer contexto social ou profissional. Isso contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e engajados.

Além disso, a educação artística encoraja a preservação cultural, permitindo que as tradições e os conhecimentos locais sejam transmitidos para as novas gerações. Ao incorporar práticas artísticas tradicionais nas salas de aula, os educadores ajudam a manter vivas as culturas e as identidades, promovendo uma continuidade que é essencial para a diversidade cultural global.

De tal forma que que é dever do estado promover e apoiar a educação artística como um meio de preservar e valorizar as culturas locais. É dever do Estado garantir que as tradições e conhecimentos artísticos sejam integrados nos currículos escolares, reconhecendo sua importância para a identidade cultural e a coesão social. Essa abordagem não só enriquece o aprendizado dos alunos, mas também fortalece a autoestima e o pertencimento às suas comunidades. Ao oferecer oportunidades para que

as crianças e jovens se conectem com suas raízes culturais, o Estado desempenha um papel crucial na proteção do patrimônio cultural (Muthewuye, 2012).

Em suma, a educação artística é um elemento vital nas sociedades de hoje, promovendo criatividade, resgate da identidade, dignidade humana, consciência crítica e a preservação cultural. Investir em educação artística não é apenas uma questão de valorização da cultura, mas uma estratégia essencial para o desenvolvimento humano e social, contribuindo para comunidades mais coesas, resilientes e criativas.

Análise do Plano Curricular do Ensino Básico em Moçambique: Implicações para a Educação Artística

De pequenino é que se torce o pepino. Essa máxima, que enfatiza a importância de cuidar do crescimento desde cedo, encontra eco no ditado bíblico (Provérbios 22:6): “Ensina à criança o caminho que deve seguir; mesmo quando envelhecer, dele não se afastará.” A educação, assim, é um pilar fundamental na formação dos indivíduos, e a arte é uma parte indispensável desse processo.

A inclusão da educação artística desde os primeiros anos é essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Como afirma Meigos (2012, p.34), “a arte não apenas estimula a criatividade, mas também promove a expressão emocional e a conexão cultural”. Ao aprender por meio da música, dança, teatro e artes visuais, os alunos podem explorar e valorizar suas identidades, contribuindo para uma formação mais rica e diversificada. Além disso, a educação artística desenvolve habilidades críticas, como o pensamento analítico e a resolução de problemas, que são fundamentais em um mundo em constante mudança. A capacidade de pensar de maneira criativa e inovadora é uma ferramenta poderosa para enfrentar os desafios da atualidade.

Portanto, é imprescindível que a educação artística seja considerada uma parte integral do currículo escolar. Reconhecendo seu papel vital na formação de cidadãos mais conscientes e engajados, a arte deve ter um espaço garantido nas salas de aula, ajudando a moldar não apenas o futuro dos alunos, mas também o futuro da sociedade.

O Plano Curricular do Ensino Básico em Moçambique representa uma estrutura fundamental na formação dos cidadãos, visando a promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a integração dos alunos na sociedade. À luz da *Lei nº 18/2018*, o currículo é concebido para refletir os valores nacionais e a diversidade cultural do país, ao mesmo tempo em que busca preparar os estudantes para os desafios da modernidade. Contudo, ao examinar os conteúdos e disciplinas propostos, observa-se uma lacuna significativa: a exclusão da educação artística, que poderia enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e reforçar a identidade cultural moçambicana.

Torna-se importante preconizar que a *Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro*, estabelece um Ensino básico de seis (6) anos, organizadas em dois ciclos de aprendizagem: o I ciclo, que abrange do 1º ao 3º ano, e o II ciclo, que vai do 4º ao 6º ano. De acordo com o artigo 7 dessa lei, a criança que

completa seis (6) anos de idade até 30 de junho do ano em questão deve matricular-se no primeiro ano do ensino básico.

Essa estrutura curricular é fundamental para garantir uma progressão organizada na educação básica, permitindo que os alunos desenvolvam competências de forma gradual e consistente. No I ciclo, o foco é estabelecer as bases do conhecimento, como leitura, escrita e habilidades matemáticas, enquanto o II ciclo visa consolidar e expandir essas habilidades, preparando os alunos para os desafios do ensino médio.

A faixa etária prevista para a frequência das series acima colocadas, é de 6 a 11 anos, o que representa um período crítico para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Essa é uma fase em que a educação desempenha um papel vital na formação da identidade, valores e habilidades sociais dos indivíduos. Portanto, é essencial que o currículo do Ensino básico não apenas atenda às necessidades acadêmicas, mas também incorpore dimensões culturais e artísticas que ajudem as crianças a se conectarem com suas raízes e a expressarem suas identidades de maneira criativa.

Dessa forma, ao considerar a estrutura proposta pela *Lei nº 18/2018*, torna-se evidente que a inclusão da educação artística no currículo não é apenas desejável, mas necessária. A arte oferece uma plataforma rica para que os alunos explorem suas experiências e culturas, promovendo um aprendizado mais holístico e significativo (MEIGOS, 2012). Assim, a educação artística deve ser vista como um componente integral do Ensino fundamental, essencial para a formação de cidadãos críticos e culturalmente conscientes. Logo na introdução do plano está colocado que:

A globalização impõe, nas sociedades, o dilema da construção da aldeia global e a pertinência da defesa e desenvolvimento das identidades nacionais. Este dilema constitui um fator que a educação deve equacionar na perspectiva de garantir que os cidadãos, ao mesmo tempo que se capacitam para se integrarem na aldeia global, não percam a identidade pessoal, comunitária e nacional (PCE, 2020, p.6).

Essa afirmação sintetiza um dos maiores desafios enfrentados pelas sociedades atuais, especialmente em contextos como o de Moçambique, onde a riqueza cultural é um traço marcante. Ora, Litsure (2020) faz uma radiografia das línguas faladas em Moçambique e chega a afirmar a existência de cerca de 48 línguas nacionais, divididas em cerca de 20 grupos étnicos:

A cultura é um dos principais meios pelos quais as pessoas expressam e afirmam sua identidade, seja individualmente ou como parte de um grupo étnico ou nacional. A diversidade cultural em Moçambique é enorme, com cerca de 48 línguas divididas em 20 grupos étnicos diferentes, cada um com suas próprias tradições e costumes (Litsure 2020, p. 34).

A globalização, com sua promessa de conectividade e troca cultural, também levanta a preocupação de que identidades locais possam ser diluídas ou esquecidas. Assim, a educação surge como um campo de batalha crucial para o fortalecimento da identidade nacional e comunitária, enquanto os indivíduos se preparam para interagir em um mundo globalizado. A inclusão desse

dilema no plano indica uma conscientização sobre a necessidade de uma educação que não apenas prepare os alunos para a realidade global, mas que também reforce suas raízes culturais.

No contexto da flexibilidade curricular em Moçambique, o currículo do ensino básico incorpora uma parte de 20% de conteúdos planejados localmente, conhecida como “currículo local”. (PCEP, p.11-12, 2020). Essa abordagem oferece uma oportunidade significativa para a inclusão da educação artística, conectando os alunos às suas culturas e tradições, além de fomentar sua participação ativa na sociedade. Os objetivos do currículo local visam desenvolver saberes que capacitem os alunos com conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que permitam uma participação plena no desenvolvimento social, cultural e econômico de suas comunidades. Nesse sentido, a educação artística pode desempenhar um papel crucial.

Para Manuel (2012), ao integrar práticas artísticas locais, o currículo pode enriquecer a experiência educacional dos alunos, fortalecendo a identidade cultural e promovendo a valorização das tradições. Além disso, ao formar cidadãos capazes de contribuir para a melhoria de suas vidas e das suas comunidades, a educação artística capacita os alunos a expressarem suas realidades e a engajarem-se ativamente no desenvolvimento cultural e econômico de suas localidades.

A educação artística, dentro do currículo local, fomenta a criatividade, uma habilidade valiosa em qualquer área do conhecimento. Ela também promove a inclusão, servindo como um meio acessível de comunicação que une alunos de diferentes origens e habilidades. Projetos artísticos que envolvem a comunidade, como festivais culturais ou exposições, podem fortalecer os laços entre a escola e a população local, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade social.

No entanto, a implementação da educação artística no currículo local enfrenta alguns desafios. Muitas escolas podem carecer de recursos, como materiais e espaço adequados, além de formação específica para os educadores. Manuel (2012, p.12), vai destacar que “é fundamental que os professores sejam capacitados para ensinar arte e integrar práticas artísticas de maneira significativa”. Para que a educação artística tenha um impacto real, é necessário que haja um reconhecimento de sua importância na formação integral dos alunos, tanto por parte dos educadores quanto da comunidade.

De acordo com a *Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro*, o Ensino básico em Moçambique tem como objetivos principais proporcionar uma formação inicial nas áreas de Comunicação e Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática, e Atividades Práticas e Tecnológicas. Esses objetivos visam garantir que os alunos desenvolvam uma base sólida de conhecimentos que os prepare para a vida em sociedade e para os desafios do mundo contemporâneo. Além disso, a lei destaca a importância de desenvolver conhecimentos socialmente relevantes, técnicas básicas e aptidões de trabalho manual, assim como atitudes e convicções que promovam uma maior participação social. Essa abordagem tem como finalidade preparar os alunos para o ingresso na vida produtiva, encorajando-os a se tornarem cidadãos ativos e engajados em suas comunidades.

Na área da *Descrição das Competências a desenvolver no Ensino Básico*, especificamente na *Sensibilidade Estética e Artística*, o objetivo é permitir ao aluno desenvolver a expressividade pessoal e social. As competências que o aluno deve alcançar incluem o reconhecimento das especificidades das diferentes manifestações culturais, a experimentação de processos próprios das diversas formas de arte, a apreciação crítica das realidades artísticas em diferentes suportes tecnológicos e a valorização do papel das várias formas de expressão artística, assim como do patrimônio material e imaterial na vida e na cultura das comunidades (PCEP, 2020, p.16,).

Os indicadores de desempenho que devem ser atendidos pelos alunos incluem a demonstração do sentido estético em relação às produções artísticas e tecnológicas, a participação em atividades artísticas e culturais da comunidade, seja como público, criador ou intérprete, e o reconhecimento do valor estético de criações artísticas e tecnológicas, como está representado na tabela abaixo:

Quadro 1: descrição da área que trata sobre a questão da arte

ÁREA	Descrição da área	COMPETÊNCIAS <i>O aluno:</i>	INDICADORES DE DESEMPENHO <i>O aluno deve:</i>
<i>g) Sensibilidade e estética e artística</i>	Permite ao aluno desenvolver a expressividade pessoal e social.	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece as especificidades das diferentes manifestações culturais; • Experimenta processos próprios das diferentes formas de arte; • Aprecia, criticamente, as realidades artísticas em diferentes suportes tecnológicos; • Valoriza o papel das várias formas de expressão artística e do patrimônio material e imaterial na vida e na cultura das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar o sentido estético em relação às produções artísticas e tecnológicas; • Participar em actividades artísticas e culturais da comunidade como público, como criador ou intérprete; • Reconhecer o valor estético de criações artísticas e tecnológicas.

Fonte: (PCEP, p.16, 2020).

A inclusão da competência de Sensibilidade Estética e Artística no currículo do Ensino Básico em Moçambique é um passo significativo para o reconhecimento do papel da educação artística na formação integral dos alunos. Contudo, é necessário analisar criticamente a implementação dessa competência, considerando os desafios e as oportunidades que surgem.

Primeiramente, o desenvolvimento da expressividade pessoal e social é fundamental. A proposta de permitir que os alunos reconheçam as especificidades das diferentes manifestações culturais e experimentem processos artísticos é essencial para que se conectem com suas raízes culturais. Essa conexão é corroborada por Dewey (1940, p.558), que afirma que a arte “é uma variedade da experiência, e não uma entidade em si [...] a experiência é uma questão da interação do produto com o eu”, ressaltando a importância da vivência artística para o desenvolvimento humano.

Entretanto, a eficácia dessas competências depende da formação adequada dos educadores. Para que os alunos possam realmente desenvolver essas habilidades, os professores precisam ser capacitados em técnicas artísticas e em metodologias que estimulem a criatividade e a expressão

pessoal. Freire (1980) enfatiza que “A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem”, o que implica que educadores bem-preparados são fundamentais para que essa transmissão de conhecimento e sensibilidade estética ocorra de maneira efetiva.

Além disso, a valorização real das atividades artísticas no ambiente escolar é crucial. Muitas escolas enfrentam dificuldades em integrar a arte no currículo devido à falta de recursos, espaço adequado e apoio institucional. A participação em atividades artísticas e culturais deve ser incentivada, mas é vital que haja um planejamento que permita que esses eventos sejam acessíveis a todos os alunos. Como sugere o pedagogo Howard Gardner (1993, p.24), “a arte é uma das formas mais poderosas de pensar e entender o mundo”, indicando que a inclusão da arte no currículo pode enriquecer a compreensão dos alunos sobre sua realidade.

Os indicadores de desempenho propostos, como demonstrar senso estético e reconhecer o valor das criações artísticas e tecnológicas, são ambiciosos e devem ser acompanhados de uma avaliação contínua e reflexiva. É importante que haja um espaço para que os alunos expressem suas opiniões e críticas sobre as atividades artísticas. Isso se alinha com a visão de Bakhtin, que afirma:

o diálogo é a forma mais autêntica de produção de significado. A partir do diálogo com o objeto de análise, chegar ao inusitado se sua forma de ser discursivamente, à sua maneira de participar ativamente de esferas de produção, circulação e recepção, encontrando sua identidade nas relações dialógicas estabelecidas com outros discursos, com outros sujeitos (Bakhtin, p.23, 1977).

Fomentar um ambiente onde a arte seja questionada e reinterpretada permite que os alunos se tornem críticos conscientes e engajados. Essa perspectiva destaca a importância da interação e da troca de ideias no processo educativo, enfatizando que o aprendizado se enriquece quando os alunos se engajam ativamente em diálogos sobre suas experiências artísticas. Isso não apenas promove uma compreensão mais profunda das artes, mas também desenvolve habilidades críticas e de comunicação essenciais para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Por fim, para que a competência de Sensibilidade Estética e Artística cumpra seu papel no desenvolvimento integral dos alunos, é necessário um compromisso real das políticas educacionais em integrar a arte como parte essencial do aprendizado. A educação artística não deve ser vista como um complemento, mas como um componente central que enriquece a formação dos cidadãos e fortalece a identidade nacional.

Como forma de materializar as competências acima colocadas o PCEP (2020) define que: No 2º ciclo, o aluno aprofunda os conhecimentos adquiridos no 1º ciclo e constrói novas competências com a introdução das disciplinas de Ciências Sociais, Ciências Naturais e Educação Visual e Ofícios. Neste ciclo, o aluno aprende a usar a língua como instrumento de comunicação, de acesso à ciência e de intercâmbio social e cultural, fazer cálculos com rapidez, a interpretar as transformações políticas, sociais e económicas da sociedade, a interpretar cientificamente factos e fenómenos naturais e

expressar-se através de diferentes formas de arte, bem como outras atividades práticas e tecnológicas. Ainda, neste ciclo, a escola tem a função de estimular o aluno a conhecer e a entender as diferenças sem preconceito, a ser tolerante, honesto e solidário.

Primeiramente, embora a proposta destaque a importância de expressar-se através de diferentes formas de arte, a realidade nas escolas muitas vezes não acompanha essa visão. A falta de recursos, de professores qualificados e de espaços adequados para a prática artística pode limitar as oportunidades dos alunos de explorar plenamente sua criatividade. Como aponta o educador Eisner (2002):

a arte oferece um modo de pensar que é essencial para a compreensão de um mundo complexo e multifacetado, e é através da experiência artística que os alunos podem desenvolver habilidades críticas e inovadoras que são fundamentais para navegar nas complexidades da vida moderna (Eisner, 2002, p. 5).

Sem o suporte necessário, essa potencialidade pode ser desperdiçada, e os alunos ficam privados de uma experiência educativa enriquecedora. Além disso, o foco em habilidades técnicas, como a interpretação científica de fenômenos naturais e a realização de cálculos rápidos, pode levar à marginalização das disciplinas artísticas em um currículo já abarrotado. A arte não deve ser vista como um mero complemento ou uma atividade secundária, mas como um componente central que promove o pensamento crítico e a capacidade de expressão individual.

A ênfase em conteúdos mais “práticos” pode criar uma visão reducionista da educação, onde a criatividade e a autoexpressão são subestimadas. A crítica de Sir Ken Robinson é pertinente nesse contexto: “as escolas muitas vezes não apenas negligenciam a criatividade, mas ativamente a sufocam. Precisamos de um sistema educacional que não só aceite, mas também nutra as diferentes formas de inteligência e criatividade” (Robinson, p.34, 2006).

Ademais, a promoção de valores como a tolerância, honestidade e solidariedade, embora extremamente importantes, deve ser acompanhada de práticas que permitam aos alunos vivenciarem esses princípios em contextos artísticos. Projetos colaborativos e atividades criativas que abordem questões sociais e culturais podem ser eficazes para cultivar um ambiente escolar inclusivo e solidário. No entanto, sem um compromisso real com a integração da educação artística, esses valores podem permanecer no papel, sem se refletir na prática cotidiana da escola.

Os conteúdos ligados a educação artística, esta plasmada na disciplina de *Educação Visual e Ofícios*. Esta disciplina surge da necessidade de dotar o aluno de habilidades úteis à sua vida, fazendo uma ligação entre a educação e as atividades laborais da comunidade onde a escola está inserida. A Educação Visual e Ofícios permite que o aluno desenvolva competências em atividades tais como, artesanato, culinária, costura, jardinagem, agricultura, criação de animais de pequena espécie, caça e pesca, marcenaria, bem como observar, descobrir, imaginar e expressar-se 21 através da

imagem (criando, desenhando, pintando, modelando, picotando, recortando, colando, estruturando elementos, traçando e fazendo construções geométricas).

A análise da carga horária e do posicionamento da disciplina de Educação Visual e Ofícios no currículo do ensino básico revela questões relevantes acerca da valorização da educação artística no sistema escolar. Embora a inclusão dessa disciplina represente um avanço, a carga horária atribuída mostra-se limitada para o desenvolvimento pleno das competências artísticas e criativas pretendidas.

De acordo com os dados apresentados no quadro a seguir, observa-se que a disciplina não está contemplada no 1º ciclo e totaliza 6 horas no 2º ciclo, distribuídas ao longo das classes. Ainda que haja um aumento neste nível de ensino, essa carga horária permanece insuficiente frente à complexidade das competências a serem desenvolvidas, evidenciando a baixa prioridade atribuída à educação artística no currículo.

Quadro 2: carga horaria por disciplina

Nº	DISCIPLINAS	CLASSES / CARGA HORÁRIA						
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	
01	Língua Portuguesa	16	16	16	12	9	9	
02	Matemática	10	10	10	8	8	8	
03	Ciências Sociais				4	4	4	
04	Ciências Naturais				4	4	4	
05	Ed. Visual e Ofícios						3	3
06	Educação Física	2	2	2	2	2	2	
Total		28	28	28	30	30	30	

Fonte: (PCEP, p.21, 2020).

A educação visual e os ofícios não devem ser vistos como uma atividade secundária, mas como uma oportunidade essencial para que os alunos expressem sua criatividade, desenvolvam habilidades práticas e se conectem com sua identidade cultural. “A arte e a educação visual têm um papel crucial na formação do pensamento crítico e na capacidade de resolução de problemas” (Meigos, 2012, p. 53). Assim, a quantidade reduzida de horas dedicadas a essa disciplina pode limitar as oportunidades dos alunos de explorar diferentes formas de expressão artística e de se engajar em atividades que promovam a criatividade.

Além disso, a distribuição curricular que privilegia disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática, com uma carga horária significativamente maior, pode reforçar a ideia de que as disciplinas artísticas são menos importantes para o desenvolvimento integral dos alunos. Essa perspectiva reduz a educação artística a um mero complemento, quando, na verdade, deveria ser uma parte central da formação dos alunos, ajudando-os a desenvolver não apenas habilidades técnicas, mas também valores como a colaboração e a empatia.

A crítica se estende ao fato de que a educação visual e os ofícios devem ser integrados de maneira mais significativa ao currículo, proporcionando experiências práticas que conectem os alunos

com sua cultura local e suas tradições. Como enfatiza a teórica da educação estética, “a arte é uma linguagem que permite a expressão das experiências vividas, e sua inclusão no currículo escolar é essencial para a formação de indivíduos críticos e conscientes” (Zanella, 2007, p. 91). Portanto, é fundamental que as políticas educacionais revejam a carga horária e a importância da educação visual e dos ofícios, reconhecendo seu papel vital na formação de cidadãos criativos e engajados.

Em suma, a disciplina de Educação Visual e Ofícios merece uma carga horária mais robusta e uma abordagem mais integrada dentro do currículo, a fim de garantir que os alunos tenham a oportunidade de explorar sua criatividade e desenvolver habilidades que são essenciais não apenas para a sua formação acadêmica, mas também para a sua vida pessoal e social.

Considerações

Com o texto, ficou evidente a necessidade de uma abordagem mais integrada e robusta da educação artística no currículo do Ensino Básico em Moçambique. A inclusão da arte não é apenas desejável, mas essencial para o desenvolvimento integral das crianças, permitindo que elas expressem suas identidades e fortaleçam suas habilidades criativas. A educação artística, ao ser integrada de maneira robusta no currículo, tem o potencial de formar cidadãos críticos, que conhecem suas raízes e cultura. Essa conexão com a identidade cultural é fundamental para que os alunos resgatem sua dignidade humana, reconhecendo e valorizando seus próprios valores e tradições. Quando as crianças têm a oportunidade de explorar a arte, elas não apenas desenvolvem habilidades criativas, mas também constroem uma consciência de pertencimento e uma autoimagem positiva.

Portanto, é papel do Estado garantir que a educação artística se torne um componente central e acessível do currículo escolar. Isso implica em investir em formação adequada para educadores, fornecer recursos e espaços adequados, e promover políticas que reconheçam a importância da arte na formação integral dos alunos. Ao fazer isso, o Estado não apenas enriquece a experiência educacional, mas também contribui para o desenvolvimento de cidadãos críticos e culturalmente conscientes, capazes de valorizar suas identidades e de se engajar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e solidária. A inclusão da arte na educação é, portanto, um compromisso com o futuro, que deve ser priorizado e sustentado por políticas públicas eficazes

Referencias

ANDRADE, Mário Miguel. *Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421p.

DEWEY, John. My pedagogic creed. In: _____. *Education today*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1940. p. 3–17. Disponível em: <https://archive.org/details/educationtoday00dewe>. Acesso em: 3 maio 2026.

DUARTE, Ricardo Teixeira. *A expansão Bantu e o povoamento do sul de Moçambique: algumas hipóteses*. Maputo: DAA/UEM, 1988. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/721157551/CHARAI-HIST-DE-MOCAMBI>. Acesso em: 3 maio 2026.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. *Fundamentos estéticos da educação*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1994. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Fundamentos_estéticos_da_educacao.html?id=8aMGeB0v0ZcC. Acesso em: 3 maio 2026.

EISNER, Elliot W. *The arts and the creation of mind*. New Haven: Yale University Press, 2002. Disponível em: <https://acurriculumjourney.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/eisner-2003-the-arts-and-the-creation-of-mind.pdf>. Acesso em: 3 maio 2026.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Traduzido por Lélia Gonzalez e outros. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1961.

FISCHER, Ernest. *A necessidade da arte*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GARDNER, Howard. *Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences*. New York: Basic Books, 1993.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUO, Zacarias Aníbio; SOUZA NETO, João Clemente de. Análise fanoniana do estatuto dos indígenas portugueses em Guiné, Angola e Moçambique (1954). *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo*, [S. l.], v. 8, e15708, 2026. DOI: 10.47149/pemo.v8.e15708. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15708>. Acesso em: 3 maio 2026.

LEI nº 18/2018. Lei do Sistema de Educação. 28 de Dezembro de 2018. Disponível em: https://mept.org.mz/wp-content/uploads/2020/02/Lei-nº-18-2018-28-Dezembro_-SNE.pdf.

MEIGOS, Filimone. “*Sociologia, Arte pública e cidadania: subsídios sobre a representação das estrelas em Moçambique*”. In: MEIGOS, Filimone; MENES, Isau (orgs.). *ISArC 2012 Bienal*. Maputo: ISArC, 2012.

MANUEL, António Sarmiento. “*As contribuições da educação Artística na construção da cidadania*”. In: MEIGOS, Filimone; MENES, Isau (orgs.). *ISArC 2012 Bienal*. Maputo: ISArC, 2012.

MINAYO, Maria Conceição de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MUTHEWUYE, Marcos. “*Experiência da Arte – Princípio para a Educação Integral em Moçambique*”. In: MEIGOS, Filimone; MENES, Isau (orgs.). *ISArC 2012 Bienal*. Maputo: ISA, 2012.

PCE. *Plano Curricular do Ensino Básico*. Cidade de Maputo: Plural Editora, 2020. Disponível em: https://mept.org.mz/wp-content/uploads/2020/07/PCEP_Maio_2020_Final_1.pdf.

ROBINSON, Ken. *Out of Our Minds: Learning to be Creative*. Chichester: Capstone Publishing, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa: coleta e análise de dados*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANELLA, Andrea Vieira. “*Educación estética y actividad creativa: Herramientas para el desarrollo humano*”. *Universitas Psychologica*, v. 6, n. 3, 2007.

Recebido em 26 de janeiro de 2026

Aceito em 20 de abril de 2026

Publicado em 25 de maio de 2026